

**Parte C — Mapa anexo: apresentação dos eixos estratégicos, objetivos gerais e respetivos objetivos específicos, as medidas/ações concretas a desenvolver, os indicadores, as entidades envolvidas e metas**

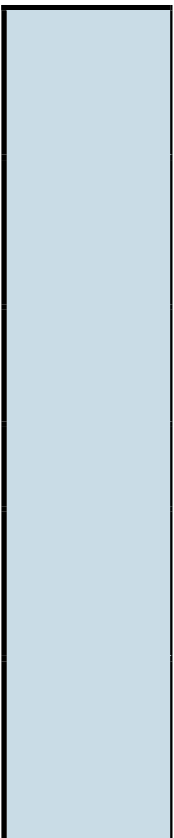
Eixo Estratégico	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas/Ações	Indicadores	Entidades responsáveis	Outras entidades envolvidas	Metas				
							2021	2022	2023	2024	2025
EE 1 Cidadania, igualdade e não discriminação	OG 1 - Garantir a participação das pessoas com deficiência em condições de igualdade e equidade com as demais										
	1.1 - Rever os sistemas de habilitação da pessoa com deficiência										
		1.1.1 Avaliar a revisão da Lei.º 38/2004, de 18 de agosto (Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência)	Relatório e proposta de alteração	INR, I. P.	Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Educação (MEDU), Ministério da Saúde (MS) e ONGPD			*			
		1.1.2 Reavaliar o sistema de avaliação da incapacidade/funcionalidade da pessoa com deficiência que permita corresponder às diversas dimensões e desafios que a respetiva caracterização coloca	Proposta de revisão	Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.), INR, I. P., e Direção-Geral da Saúde (DGS)	ONGPD			*			
		1.1.3 Criar Cartão de Titular de Atestado Médico de Incapacidade Multiusos através do serviço competente do MS	Diploma legal aprovado	MS	INR, I. P.		*				
		Emissão dos cartões	MS	INR, I. P., e Agência para Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.)		*					



1.1.4 Disseminar manual físico ou digital sobre os apoios, serviços e informações e contactos de entidades representativas de pessoas com deficiência e entidades públicas, quando ocorre a certificação da deficiência	Divulgação da orientação	MS	INR, I. P., e ONGPD	*				
1.2 - Aprofundar condições de exercício de direitos das pessoas com deficiência, eliminando fatores de discriminação e promovendo medidas de diferenciação positiva								
1.2.1 Apoiar a implementação do Regime do Maior Acompanhado (Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto), através de elaboração de Manual de Apoio e de ações de formação para públicos específicos	Manual de Apoio elaborado	MJ, ISS, I. P., e INR, I. P.	ONGPD	*				
	N.º de ações de formação realizadas	MJ, ISS, I. P., e INR, I. P.	ONGPD		5	5	5	5
1.2.2 Avaliar e propor a revisão da Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto (Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde)	Relatório e proposta de alteração	INR, I. P.	MJ e ONGPD			*		



1.2.3 Promover a celebração de um protocolo entre o INR, I.P., e a Ordem dos Advogados com vista à prestação de apoio jurídico às pessoas com deficiência	Protocolo celebrado	INR, I. P.	Ordem dos Advogados		*			
1.2.4 Avaliar e apresentar uma Proposta Lei para a implementação do reconhecimento oficial dos direitos linguísticos da Comunidade Surda	Proposta apresentada	INR, I. P.	ONGPD			*		
1.2.5 Implementar do voto acessível	Alargamento de atos eleitorais com voto em Braille	Ministério da Administração Interna (MAI)		*				
	Primeiro ato eleitoral com voto acessível	MAI					*	
1.2.6 Promover ações de sensibilização junto de partidos políticos para a divulgação de propaganda política em formato acessível	N.º de ações realizadas	INR, I. P.	ONGPD e Comissão Nacional de Eleições (CNE)	10	10	10		
1.2.7 Assegurar que as campanhas e atos eleitorais divulgados em órgãos de comunicação social com obrigação de serviço público são em formato acessível	Início de emissões em formato acessível	Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)	INR, I. P., Operadores de Televisão e ONGPD	*				





1.2.8 Alteração dos critérios de avaliação dos projetos apresentados ao Programa de Apoio ao Associativismo Jovem, com introdução de majoração dos projetos que envolvam pessoas jovens com deficiência, nos termos da Portaria 286/2020, de 14 de dezembro	Diploma aprovado	Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. (IPDJ, I. P.)		*				
1.2.9 Promover ações de capacitação a pessoas com deficiência sobre os direitos dos consumidores	N.º de ações realizadas	Direção-Geral do Consumidor (DGC)	INR, I.P., ONGPD e Associações de Consumidores	2	3	3	3	3
1.2.10. Eliminar eventuais fatores de discriminação de pessoas com deficiência associados ao acesso a serviços de saúde através da sensibilização de agentes relevantes	N.º de ações realizadas	INR, I. P., e Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. (INEM, I. P.)	ONGPD e Entidade Reguladora da Saúde	5	15	15	15	15
1.2.11. Eliminar fatores de discriminação associados à contratualização de seguros de vida e de saúde para pessoas com deficiência ou incapacidade através da sensibilização de agentes relevantes	N.º de ações realizadas	INR, I. P.	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Autoridade da Concorrência e ONGPD	2	2	2	2	2



1.2.12. Eliminar fatores de discriminação associados ao acesso de serviços bancários e no crédito através da sensibilização de agentes relevantes	N.º de ações realizadas	INR, I. P.	Ministério das Finanças (MF), Banco de Portugal (BdP) e ONGPD		2	2	2	2
	Publicação de normas que eliminem fatores de discriminação	MF e INR, I. P.	BdP			*		
OG 2 - Promover a inclusão, igualdade e a prevenção da violência nas organizações e na comunidade								
2.1 - Aprofundar a ação das administrações públicas na efetivação da igualdade e inclusão								
2.1.1 Conceber e implementar planos ministeriais/setoriais para a inclusão em cumprimento da ENIPD 2021-2025	Planos aprovados	Gabinete de Estudos, Planeamento e Relações Internacionais (GEPRI)/Secretaria-Geral (SG) dos Ministérios	INR, I. P., e ONGPD		*			
2.1.2 Tornar obrigatória a introdução de objetivos inerentes à inclusão das pessoas com deficiência no SIADAP 1	Diploma publicado	Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública (MMEAP)	GEPRI/SG Ministérios; INR, I. P.		*			

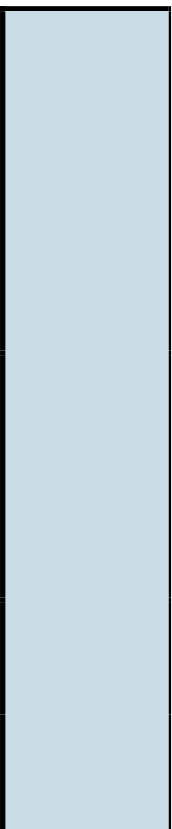


2.1.3 Conceber e implementar programas de sensibilização obrigatória para os direitos das pessoas com deficiência para públicos estratégicos em áreas setoriais	Programa concebido e apresentado por área setorial	GEPRI/SG dos Ministérios	INR, I. P.		*			
	% de execução do Programa	GEPRI/SG dos Ministérios	INR, I. P.			25	50	75
2.1.4 Conceber e implementar ações de sensibilização obrigatória destinada a dirigentes e técnicos/as da Administração Pública Central para os direitos das pessoas com deficiência, da inclusão e para as responsabilidades da Administração Pública, neste domínio	Programa concebido e apresentado	INR, I. P., e Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA, I. P.)	ONGPD		*			
2.1.5 Conceber e implementar ações de sensibilização obrigatória destinada a dirigentes e técnicos/as da Administração Pública Local para os direitos das pessoas com deficiência, da inclusão e para as responsabilidades dos municípios, neste domínio	Programa concebido e apresentado	INR, I.P, e Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais (FEFAL)	ONGPD		*			

2.2 - Prevenir a violência contra pessoas com deficiência e qualificar a intervenção



2.2.1 Elaborar Guias Metodológicos que permitam a prevenção, sinalização e intervenção em situações de risco ou de violência sobre pessoas com deficiência (de qualquer idade) destinados a agentes de autoridade e agentes proteção civil, magistrados/as, profissionais das áreas da educação e saúde e técnicos/as de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)	Guias publicados	ISS, I.P., INR, I.P., e ONGPD	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), MAI, MJ, MEDU e INEM, I. P.	*					
2.2.2 Criar e implementar um programa de sensibilização, a nível nacional, para a prevenção da violência sobre pessoas com deficiência	Programa apresentado	ISS, I. P.; INR, I. P.; ONGPD	Todos os Ministérios e Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)				*		
	Início da implementação	ISS, I. P., INR, I. P., e ONGPD	Todos os Ministérios e ANMP					*	
2.2.3. Promover ações de sensibilização junto das pessoas com deficiência para a prevenção da violência e maus tratos	N.º de ações realizadas	ISS, I. P., INR, I. P. e ONGPD							20





2.2.4 Promover a intervenção articulada nas áreas da deficiência e da prevenção e combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, designadamente com base na resposta especializada de acolhimento de mulheres com deficiência da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica	Protocolo celebrado	CIG e INR, I.P.	ISS, I.P., e ONGPD	*				
	Protocolo celebrado	CIG e INR, I.P.	ISS, I.P., ANMP e ONGPD		*			
	N.º de ações realizadas	CIG e INR, I.P.	Alto Comissariado para as Migrações, I.P., ISS, I.P., e ONGPD		2	2	2	2

Nota: \* - Meta a concluir no final de cada ano assinalado.

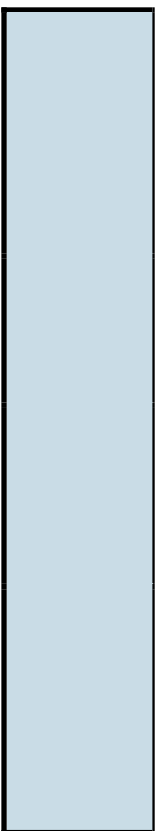




Eixo Estratégico	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas/Ações	Indicadores	Entidades responsáveis	Outras Entidades envolvidas	Metas				
							2021	2022	2023	2024	2025
EE 2 Promoção de um ambiente inclusivo	OG 1 - Promover ambientes físicos e de informação e comunicação acessíveis e resilientes										
	1.1 - Promover a acessibilidade ao meio físico edificado										
		1.1.1 Elaborar Planos Plurianuais de Intervenção no edificado público e zona envolvente da Administração Central	N.º de planos aprovados	Todos os Ministérios	Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades (EMPA)			19			
		1.1.2 Criar ações de formação técnica e sensibilização para dirigentes e técnicos/as das autarquias para promoção das acessibilidades no âmbito das suas competências	N.º de Municípios abrangidos	EMPA	ANMP e Fundação Fefal	60	60	60			
	1.1.3 Implementar apoio financeiro ao abrigo do programa 1.º Direito para adaptação de habitação própria e ou eliminação de barreiras	% de candidaturas aprovadas face aos casos sinalizados pelo Município ao abrigo da sua Estratégica Local de Habitação	IHRU, I. P., e Municípios			55	60	65	70		



1.1.4 Elaborar protocolos entre as entidades competentes para a disponibilização de habitação para pessoas com deficiência em situação de especial vulnerabilidade social, pelas autarquias locais no âmbito da medida de política de habitação em vigor	% de habitações entregues face aos casos sinalizados em execução dos protocolos	ISS, I. P., e IHRU, I. P.	INR, I. P., e Municípios		65	70	75	80
1.1.5 Estabelecer parcerias com Municípios, visando a prestação, consultoria, na eliminação de barreiras no espaço público	N.º de protocolos celebrados	INR, I. P.	EMPA e ANMP	30	30	30	30	30
1.1.6 Elaborar de manuais e guias orientadores de eliminação de barreiras arquitetónicas/comunicacionais e de conceção/desenho de produto	Manuais e guias elaborados	EMPA	Instituto do Turismo de Portugal, I. P. (Turismo de Portugal, I. P.)	*				
1.1.7 Criar uma linha de financiamento para melhorar e adaptar os estabelecimentos comerciais, eliminando as barreiras existentes	Promoção de linha de financiamento cujos encargos relativos à linha de crédito são suportados por recursos a fundos europeus	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.	EMPA		*			





1.1.8 Criar o selo «Comércio acessível»	Regulamento publicado e selo disponibilizado no Portal e Portugal	DGC, Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE), INR, I. P., e AMA, I. P.	Estruturas Associativas representativas do setor (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) e Associação Portuguesa de Centros Comerciais (APCC) e Ordem dos Arquitetos		*			
1.1.9 Dinamizar ações de sensibilização aos operadores económicos sobre a acessibilidade a espaços e estabelecimentos comerciais	N.º ações realizadas	DGC; DGAE; INR, I. P.	Estruturas associativas da área do comércio (CCP/APCC/ APED)		6	3	3	3





1.2 - Promover a acessibilidade no sistema de transportes públicos e de passageiros como fator de mobilidade									
	1.2.1 Introduzir cláusulas obrigatórias nos cadernos de encargos para a concessão dos serviços públicos de transporte, bem como para a aquisição e manutenção de frotas e material circulante, que obriguem ao cumprimento das normas técnicas de acessibilidade e que garantam informação pertinente e essencial	% dos cadernos de encargos com cláusulas	Mistério do Ambiente e da Ação Climática (MAAC), Ministério das Infraestruturas e da Habitação (MIH), Áreas Metropolitanas e Comunidade Intermunicipal (CIM)			100	100	100	100
	1.2.2 Introduzir cláusulas obrigatórias nos cadernos de encargos dos projetos de construção, ampliação e reabilitação e empreitadas de infraestruturas de transporte, que obriguem ao cumprimento das normas técnicas de acessibilidade e que garantam informação pertinente e essencial	% dos cadernos de encargos com cláusulas	MAAC, MIH, Áreas Metropolitanas e CIM			100	100	100	100
	1.2.3 Elaborar Planos Plurianuais com vista a eliminar as barreiras físicas/comunicacionais e a promover acessibilidade em serviços, equipamentos e espaços de apoio à utilização de transportes coletivos de passageiros	N.º de planos aprovados	MAAC, MIH, Áreas Metropolitanas e CIM			20	20	20	20



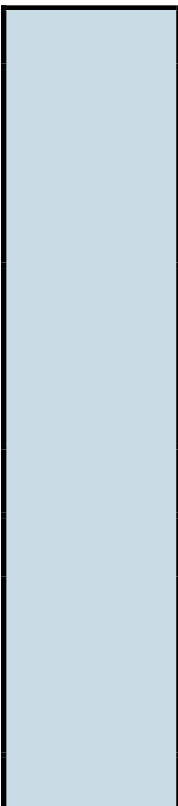
1.2.4 Elaborar Planos Plurianuais com vista a eliminar as barreiras de comunicação e informação (ex. bilhética; horários, sítios web de informação, etc.) a pessoas com deficiência ou incapacidade na utilização de transportes públicos	N.º de planos aprovados	MAAC, MIH, Áreas Metropolitanas e CIM			20	20	20	20
	Regulamento publicado	INR, I. P., e ANMP		*				
	N.º de Municípios com selo	INR, I. P., e ANMP			20	20	20	20
1.3 - Promover a acessibilidade à informação e comunicação								
1.3.1 Elaborar plano plurianual que garanta que os conteúdos informativos, de divulgação e lúdicos, são exibidos em formato acessível, permitindo o acesso à informação por parte das pessoas com deficiência ou incapacidade em condições de igualdade com as demais	Planos aprovados	Todos os Ministérios	INR, I. P.; AMA, I. P., e ERC			*		
1.3.2 Apresentar Proposta de Lei que define lineares mínimos de conteúdos acessíveis a disponibilizar pelos operadores de televisão (LGP, audiodescrição, legendagem e audiolegendagem)	Proposta de Diploma apresentado	Mistério da Cultura (MC) e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)					*	



1.3.3 Criar uma Norma Técnica de Qualidade que defina a acessibilidade dos instrumentos de comunicação e divulgação elaborados pelos organismos do setor público	Norma publicada	INR, I. P., e Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ, I. P.)	Todos os Ministérios e ONGPD			*		
1.3.4 Introduzir nos Planos Municipais de Proteção Civil, procedimentos específicos de sinalização, informação e socorro de pessoas com deficiência	% de planos adaptados	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, ISS, I. P., e ANMP	INR, I. P.; ONGPD		25	50	75	100
1.3.5 Criar, em cada Ministério, uma equipa responsável por tornar acessível a informação e os documentos que respeitem a relação entre os serviços e os cidadãos	N.º de equipas constituídas	Todos os Ministérios		19				
	% de documentos acessíveis	Todos os Ministérios		10	20	40	50	75
1.3.6 Promover o reconhecimento de sítios web com o Selo de Acessibilidade e Usabilidade através de formação e apoio	N.º de ações de formação realizadas	INR, I. P., e AMA, I. P.	ONGPD	5	5	5	5	5
	% de sítios web com selo	Todos os Ministérios	AMA, I. P.	30	60	90		
1.3.7 Disponibilizar online os rankings de usabilidade e acessibilidade dos sites e portais da Administração Pública	Sítio web criado e comunicado à imprensa	AMA, I. P.	INR, I. P.			*		
1.3.8 Criar uma plataforma acessível e agregadora de informação vocacionada para a temática das pessoas com deficiência	Plataforma criada	INR, I. P., e EMPA	Todos os Ministérios; Municípios e ONGDP			*		



1.4 - Promover o alargamento das condições de acessibilidade comunicacional aos serviços públicos									
	1.4.1 Desenvolver um serviço de interpretação de Língua Gestual Portuguesa que possa ser utilizado por todos os serviços da administração pública central	Disponibilização do serviço	MTSSS e MMEAP	ONGPD			*		
	1.4.2 Consolidar um serviço de interpretação de Língua Gestual Portuguesa que possa ser utilizado no Serviço Nacional de Saúde 24	Início do serviço definitivo	SPMS– Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E., e INEM, I. P.	INR, I. P., e ONGPD	*				
OG 2 - Promover sinergias entre domínios setoriais									
2.1 - Promover reflexão, conhecimento e partilha de soluções comuns nos domínios da educação, da formação e emprego, da cultura, lazer, turismo, etc.									
	2.1.1 Criar um Fórum aberto, de reflexão e debate, sobre ambiente inclusivo	Evento realizado	INR, I. P.	Todos os Ministérios, ANMP, ONGPD e Empresas	*	*	*	*	*
2.2 - Dinamizar a economia									





2.2.1 Criar linhas de financiamento específicas ou transversais para incremento da acessibilidade física e comunicacional dos recursos turísticos	Promoção de linha de financiamento cujos encargos relativos à linha de crédito são suportados pela área governativa setorial (ou pelos respetivos serviços)	Turismo de Portugal, I. P.	INR, I. P., e EMPA	*	*				
2.2.2 Prémio Turismo Acessível ALL FOR ALL: Divulgar e promover as boas práticas de projetos públicos e privados de turismo acessível	Implementação do Prémio	Turismo de Portugal, I. P.	INR, I. P.	*					
2.2.3 Divulgar, a nível nacional e internacional, Portugal como destino turístico acessível, no âmbito da implementação do Programa ALL FOR ALL	N.º ações	Turismo de Portugal, I. P.	Entidade Regional de Turismo (ERT) e Agências Regionais de Promoção Turística (ARPT)		5	5	5	5	

Nota: \* - Meta a concluir no final de cada ano assinalado.





Eixo Estratégico	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas/Ações	Indicadores	Entidades responsáveis	Outras Entidades envolvidas	Metas				
							2021	2022	2023	2024	2025
EE 3 Educação e Qualificação	OG 1 - Reforçar os mecanismos de apoio à aprendizagem e à consolidação do atual sistema de educação inclusiva										
	1.1 - Reformular a Intervenção Precoce na Infância numa abordagem destinada a uma inclusão plena										
		1.1.1 Promover uma reflexão sobre o sistema de intervenção precoce com os diversos agentes envolvidos	Relatório apresentado	MEDU, ISS, I. P., INR, I. P., e DGS	ONGPD	*					
		1.1.2 Avaliar a alteração do modelo face às conclusões do relatório apresentado	Proposta apresentada	MEDU; ISS, I. P.; INR, I. P., e DGS		*					
		1.1.3 Qualificar os/as profissionais e agentes do sistema	% de profissionais formados (percentagem cumulativa)	MEDU, ISS, I. P., INR, I. P., e DGS		20	40	60	80		
	1.2 - Aprofundar o modelo de educação inclusiva no acesso a oportunidades educativas e formativas de qualidade e à transição para a vida pós-escolar										
	1.2.1 Criar programa de sensibilização destinado à comunidade educativa sobre direitos humanos, inclusão e educação inclusiva	N.º de ações realizadas	MEDU	INR, I. P., Universidades e Estabelecimentos de Ensino Superior e Politécnico e ONGPD	20	20	20	20	20		



1.2.2 Reforçar a formação de Diretores/as, Conselho Geral, equipa multidisciplinar, docentes, assistentes operacionais, para a consolidação da educação inclusiva, através da definição e implementação de planos plurianuais de formação	% de pessoas abrangidas	MEDU	INR, I. P., Universidades e Estabelecimentos de Ensino Superior e Politécnico e ONGPD	15	30	45	60	75
1.2.3. Reforçar a formação específica dos docentes de educação especial (grupos de recrutamento 900), designadamente em áreas como orientação e mobilidade, braille, Língua Gestual Portuguesa, Língua Gestual Tátil, atividades de vida diária, etc.	N.º de ações realizadas	MEDU	INR, I. P., Universidades e Estabelecim os de Ensino Superior e Politécnico e ONGPD	10	10	10	10	10
1.2.4 Avaliar a revisão dos modelos de funcionamento e financiamento dos Centros de Recurso para a Inclusão	Estudo apresentado	MEDU	MTSSS	*				
	Proposta apresentada	MEDU	MTSSS		*			
1.2.5 Elaborar materiais de apoio e informação ajustados a cada área da deficiência, destinados a encarregados/as de educação e às próprias crianças e jovens	Conjunto de materiais disponibilizados	MEDU e MTSSS	INR, I. P.		*			



1.2.6 Reorganizar equipas de apoio à efetivação dos Planos Individuais de Transição (PIT) em articulação com as Autarquias Locais e as entidades do Setor Social e Solidário, visando a transição entre a escolaridade obrigatória e a vida pós-escolaridade	N.º de equipas constituídas	MEDU, MTSSS, ANMP e Entidades do Setor Social e Solidário	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)	30	60	90	120	150
1.2.7 Harmonizar o regime da educação inclusiva com as normas de funcionamento, organização e certificação do ensino profissional	Proposta de diploma aprovada	MEDU e MTSSS	IPQ, I. P.			*		
1.2.8 Criar um sistema de reconhecimento de escolas com práticas de excelência no domínio da educação inclusiva, bem como a sua disseminação.	Regulamento aprovado	MEDU				*		
1.2.9 Promover um aumento do número de manuais escolares disponibilizados aos alunos em formatos acessíveis	Aumento face ao ano anterior	MEDU		*	*	*	*	*

OE 2 - Promover a qualificação de nível superior para pessoas com deficiência



2.1 - Melhorar o acesso e frequência das pessoas com deficiência ao Ensino Superior									
2.1.1 Avaliar quadro normativo vigente e da implementação do Plano de Ação já em curso, com propostas de ajustamento.	Relatório elaborado	MCTES	MTSSS		*				
2.1.2 Criar Centros de Recursos Técnicos e Pedagógicos de apoio a estudantes com deficiência e a docentes, em todas as Universidades, Institutos Superiores Politécnicos (ISP) e Escolas Superiores (ES)	N.º de CRTP em Universidades	MCTES, Universidades, ISP e ES							10
	N.º de CRTP em ISP	MCTES, Universidades, ISP e ES							15
	N.º de CRTP em ES	MCTES, Universidades ISP e ES							4
2.1.3 Elaborar proposta de Lei de Bases de acesso e frequência de pessoas com deficiência ao Ensino Superior	Proposta de Lei apresentada	MCTES e MTSSS				*			
2.1.4 Avaliar a aplicação do artigo 24.º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (Despacho n.º 9138/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 25 de setembro)	Relatório apresentado (anualmente)	Direção-Geral do Ensino Superior e IES			*	*	*	*	



2.2 - Melhorar as condições de acessibilidade

2.2.1 Elaborar Planos Plurianuais para a eliminação de barreiras arquitetónicas em todo o edificado e espaços adjacentes, incluindo residências.	N.º de planos plurianuais aprovados em Universidade	MCTES e Universidades			10		10	
	N.º de planos plurianuais aprovados em ISP	MCTES e ISP			15		15	
	N.º de planos plurianuais aprovados em ES	MCTES e ES			4		4	
2.2.2 Criar Programa "Selos IES Inclusivo"	Programa criado	MCTES e IES			*			

Nota: \* - Meta a concluir no final de cada ano assinalado.



Eixo Estratégico	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas/Ações	Indicadores	Entidades responsáveis	Outras entidades envolvidas	Metas				
							2021	2022	2023	2024	2025
EE 4 Trabalho, Emprego e Formação Profissional	OG 1 - Dinamizar o sistema de apoio à inserção profissional das pessoas com deficiência										
	1.1 - Conhecer as dinâmicas e reforçar a intervenção dos serviços de emprego no processo de mediação e transição para o emprego ou retorno ao emprego das pessoas com deficiência										
		1.1.1 Apresentar estudo de diagnóstico quantitativo e qualitativo sobre a situação de empregabilidade das pessoas com deficiência, visando elaboração de propostas de alteração		Relatório apresentado	Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP), Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), INR, I. P., e Direção--Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)	ONGPD	*				

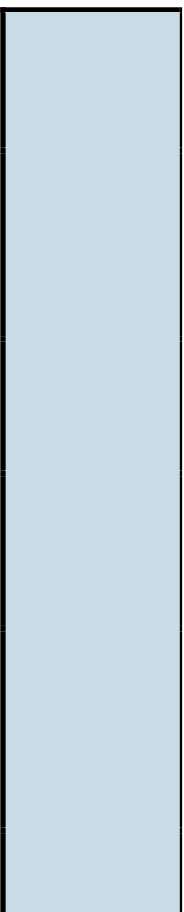


1.1.2 Avaliar a implementação da Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro	Relatório apresentado	IEFP, I. P., e INR, I. P.	GEP e Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)	*				
1.1.3 Implementar um serviço de apoio aos empregadores para efeitos de cumprimento da Lei da Quota (Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro)	Serviço criado e regulamento aprovado	IEFP, I. P.	ONGPD	*				
1.1.4 Elaborar e implementar um plano de formação dos/das interlocutores/as do IEFP, I. P., para a deficiência e reabilitação	Nº de ações realizadas	IEFP, I. P.			4	4	4	4
1.1.5 Elaborar e implementar uma metodologia de apoio no retorno ao trabalho das pessoas que adquirem deficiência na vida adulta	Metodologia aprovada e regulamento aprovado	IEFP, I. P.	DGS, CRP; Outras Entidades Reabilitação e ONGPD			*		

1.2 - Criar condições de acessibilidade das pessoas com deficiência à oferta formativa desenvolvida na Rede de Centros de Formação Profissional do IEFP, I. P.



	1.2.1 Adaptar instalações do edificado do IEFP, I.P., e de centros de formação	% de instalações adaptadas	IEFP, I. P.				25	50	75
	1.2.2 Desenvolver e implementar um plano de formação dos e das profissionais dos Centros de Formação da rede de Centros do IEFP, I.P.	Ações realizadas	IEFP, I. P.	INR, I. P., e ONGPD		2	4	4	4
	1.2.3 Definir um referencial de Formação Pedagógica para a Inclusão	Referencial aprovado	IEFP, I. P.	INR, I. P., AMA, I. P., e ONGPD		*			
	1.2.4 Criar uma oferta de Formação Pedagógica de Formadores para a Inclusão	Ações realizadas	IEFP, I. P.	INR, I. P., e ONGPD		5	5	5	3
	1.2.5 Adaptar a oferta geral de formação do IEFP, I.P. e centros protocolados para que possam acolher pessoas com deficiência em toda a oferta formativa	% de centros de formação adaptados	IEFP, I. P.	INR, I. P., ONGPD e Entidades Reabilitação			25	50	75
1.3 - Reorganizar a rede de Centros de Recursos de apoio à inclusão profissional, promovendo a sua transição para uma rede de suporte e apoio à participação articulada com a intervenção do serviço público de emprego									







	1.3.1 Redefinir o papel e atribuições da rede de Formação Profissional especificamente vocacionada para pessoas com deficiência, redimensionando-a às necessidades locais e promovendo a sua integração na rede de Centros de Recursos para a Qualificação e Emprego	Alteração legal publicada	IEFP, I. P.	Entidades Reabilitação; e ONGPD	*				
	1.3.2 Redefinir as atribuições da rede de Centros para a Qualificação e Emprego, ajustando-a a um modelo de apoio de proximidade e ao longo da vida	Alteração legal publicada	IEFP, I. P.	Entidades Reabilitação e ONGPD	*				
	1.3.3 Alterar o regulamento dos Centros de Recursos	Regulamento aprovado	IEFP, I. P.			*			
	1.3.4 Credenciar a rede de Centros de Recursos de acordo com a nova configuração	Credenciação concluída	IEFP, I. P.			*			
OG 2 - Criar condições de contexto promotoras da empregabilidade das pessoas com deficiência									



2.1 - Promover programas, medidas e apoios facilitadores do emprego									
2.1.1 Elaborar uma metodologia de apoio e respetivos instrumentos de suporte o cumprimento da Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro	Metodologia aprovada e divulgada	IEFP, I.P.; ACT; INR, I.P.			*				
2.1.2 Elaborar um Guia de Apoio à Implementação da Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro	Guia divulgado	IEFP, I. P., ACT e INR, I. P.			*				
2.1.3 Criar a figura de "Mediador/a para o Emprego" que acompanhe o processo de recrutamento, seleção, colocação, pós-colocação e progressão das pessoas com deficiência	Referencial aprovado	IEFP, I. P.	INR, I. P.				*		
2.1.4 Implementar um programa de transição das atividades socialmente úteis para o emprego apoiado	Modelo aprovado	IEFP, I. P., ISS, I. P., e INR, I. P.	ONGPD				*		
2.1.5 Rever o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro	Diploma publicado	INR, I. P., DGAEP, INA, I. P., e Direção Geral das Autarquias Locais					*		
2.2 - Promover a construção de um ambiente inclusivo facilitador do emprego das pessoas com deficiência									



	2.2.1. Criar ações de sensibilização para entidades empregadoras e outras instituições relevantes sobre a implementação de modelos de gestão inclusivos	Ações realizadas	IEFP, I. P., INR, I. P., ONGPD, INA, I. P., e FEFAL	ANMP, Organismos do Setor Público; Entidades Setor Social Solidário, Associações Empresariais e Sindicatos	5	5	10	10	15
	2.2.2. Criar um Programa de Formação destinado a técnicos/as de RH que vise a sua capacitação para as especificidades inerentes à condição de deficiência na GRH	Programa e guia criados	IEFP, I. P., INA, I. P., e FEFAL	INR, I. P., e ONGPD		*			
	2.2.3. Criar um Programa Nacional de Formação em TIC/literacia digital específico para capacitação ou desenvolvimento de competências de pessoas com deficiência	Conceção, aprovação e implementação	IEFP, I. P., e INR, I. P.	AMA, I. P., e ONGPD	*				
	2.2.4 Criar campanhas informativas periódicas dirigidas à população, em geral, e empregadores/as em particular, relativamente à necessidade de integração nos planos de recrutamento de pessoas com deficiência, como uma medida de inclusão na vida ativa e não discriminatória no trabalho e no emprego	N.º de ações desenvolvidas	INR, I. P., ACT e IEFP, I. P.	ONGPD		22	30	30	30



OG 3 - Desenvolver o empreendedorismo e o autoemprego das pessoas com deficiência									
3.1 - Dinamizar o empreendedorismo e o autoemprego									
	3.1.1 Criar programa integrado de apoio ao empreendedorismo ou à criação de autoemprego de pessoas com deficiência e/ou suas famílias, que inclua <i>mentoring</i> , <i>coaching</i> , formação e apoio técnico	Programa criado	IEFP, I. P., INR, I. P., e ONGPD	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e Municípios				*	
	3.1.2 Criar apoio financeiro específico para a criação de autoemprego e/ou empreendedorismo de pessoas com deficiência e de famílias de pessoas com deficiência	Fundo criado com regulamento publicado	IEFP, I. P.	SCML e Municípios				*	

Nota: \* - Meta a concluir no final de cada ano assinalado.



Eixo Estratégico	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas/Ações	Indicadores	Entidades responsáveis	Outras entidades envolvidas	Metas				
							2021	2022	2023	2024	2025
EE 5 Promoção da Autonomia e Vida Independente	OG 1 - Criar condições junto de pessoas e famílias para a autonomização e vida independente de pessoas com deficiência										
	1.1 - Capacitar pessoas e famílias para a autonomia										
		1.1.1 Definir e implementar um programa de sensibilização, informação e formação para pessoas com deficiência e suas famílias para preparação para a autonomia e vida independente	Programa definido	INR, I. P., e ONGPD	ISS, I. P., DGS; e ANMP		*				
			Implementação do programa	INR, I. P., e ONGPD	ISS, I. P., DGS e ANMP		*				
		1.1.2 Criar um programa de sensibilização das comunidades para a importância da autonomia, autorrepresentação e vida independente	Programa definido	INR, I. P., e ONGPD	IEFP, I. P., ISS, I. P., DGS, ANMP e Conselho Local de Ação Social (CLAS)		*				
			Implementação do programa	INR, I. P., e ONGPD	IEFP, I. P., ISS, I. P., DGS, ANMP e CLAS		*				
	1.2 - Organizar, disponibilizar e tornar acessível a informação relevante para a autonomia e vida independente										



1.2.1 Disponibilizar, através da rede de Balcões da Inclusão, informação relevante para a vida independente e formação dos técnicos de atendimento	Guia elaborado	INR, I. P., e ONGPD	ISS, I. P., e Municípios	*				
	N.º de ações de formação realizadas	INR, I. P., e ONGPD	ISS, I. P., e Municípios		5	5	5	5
1.2.2 Criar uma plataforma agregadora de pessoas, grupos e entidades (por exemplo, CAVI) para partilha de informação, documentos, experiências e inscrição	Plataforma disponibilizada	Instituto de Informática, I.P. (II, I. P.), e INR, I. P.	ONGPD			*		
1.2.3 Promover a constituição de grupos informais de partilha e apoio ao nível da comunidade	Grupos constituídos	INR, I. P.	Municípios e ONGPD		*			
1.2.4 Implementar sistemas de identificação de cores para daltónicos nas bandeiras de praias (sinalização do estado do mar)	% de praias acessíveis com sinalização adaptada para daltónicos	Turismo de Portugal, I. P., INR, I. P., e APA, I. P.	Municípios		50	75	100	
1.2.5 Adaptar os serviços de saúde com sinalética de identificação de cores (para daltónicos), nos sistemas de orientação física das Unidades de Saúde	% de unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde, acessíveis com sinalização adaptada para daltónicos	MS e INR, I. P.			50	75	100	
1.2.6 Implementar sistemas de identificação de cores para daltónicos nos mapas e diagramas de rede dos operadores de transportes públicos	N.º operadores com mapas e diagramas de rede adaptados para daltónicos	MAAC, MIH, Operadores de transporte e Autoridades de Transporte			9			



OG 2 - Capacitar instituições e comunidades para a autonomização e vida independente de pessoas com deficiência

2.1 - Capacitar instituições do setor social para a promoção da autonomização e da vida independente

2.1.1 Criar no seio das IPSS e ONGPD equipas técnicas de autonomização	Diploma aprovado	ISS, I. P.	INR, I. P., e ONGPD	*				
2.1.2 Reavaliar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência as respostas sociais dos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO), Residências Autónomas, Lar Residencial, Lar de Apoio e Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade	Reavaliação das respostas	ISS, I. P.	INR, I. P., e Parceiros do Setor Social e Solidário	*	*			

2.2 - Criar soluções ao nível municipal para a consolidação de uma política de não institucionalização e de promoção da autonomia



	2.2.1 Recrutar e qualificar de técnicos/as para o trabalho, em cada município, inerente à promoção da autonomia e vida independente na comunidade, para integrarem em Gabinetes Municipais para a Inclusão	N.º de Municípios	INR, I. P., e ANMP	ONGPD		30	40	50	60
	2.2.2 Criar projetos inovadores de base comunitária e em parceria com entidades relevantes para resposta a necessidades de autonomização de pessoas com deficiência	N.º de projetos	INR, I. P., e ANMP	ONGPD		10	15	25	30
	2.2.3 Reservar, no parque habitacional municipal, um número exequível de fogos que possam ser disponibilizados para pessoas com deficiência em processo de autonomização e que tenham rendas ajustadas ao rendimento	N.º de Municípios	INR, I. P., e ANMP			10	20	30	40
OG 3 - Consolidar o Modelo de Apoio à Vida Independente para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade e a política de não institucionalização em Portugal									
3.1 - Avaliar e consolidar o Modelo de Apoio à Vida Independente - Assistência Pessoal									
	3.1.1 Avaliar os projetos-piloto de Assistência Pessoal instituídos pelo Decreto-Lei n.º 129/2017, de 9 de outubro, envolvendo as pessoas com deficiência e suas famílias e outros agentes relevantes	Relatório da avaliação intercalar apresentado	INR, I. P., e ONGPD		*				
		Relatório da avaliação final apresentado	INR, I. P., e ONGPD			*			



<p>3.1.2 Reforçar o Modelo de Apoio à Vida Independente em vigor, através do acompanhamento e da avaliação dos projetos-piloto em funcionamento, com vista à definição de um modelo definitivo de assistência pessoal que vá ao encontro das necessidades das pessoas com deficiência</p>	<p>Diploma legal publicado</p>	<p>INR, I. P.</p>	<p>ISS, I. P., Direção-Geral da Segurança Social (DGSS) e ONGPD</p>			<p>*</p>			
<p>3.2 - Desenvolver linhas orientadoras e metodologias de apoio à consolidação de uma política de não institucionalização de pessoas com deficiência</p>									
<p>3.2.1 Promover um fórum nacional de discussão sobre estratégias e medidas de não institucionalização assente nas plataformas da Rede Social e ONGPD</p>	<p>N.º de fóruns realizados</p>	<p>ISS, I. P., INR, I. P., e ANMP</p>	<p>Parceiros do Setor Social e Solidários, ONGPD e Academia</p>		<p>10</p>	<p>10</p>	<p>10</p>	<p>10</p>	
<p>3.2.2 Elaborar guia metodológico de diagnóstico social para decisão de não institucionalização ou desinstitucionalização</p>	<p>Guia publicado</p>	<p>ISS, I. P., e INR, I. P.</p>	<p>ONGPD</p>		<p>*</p>				
<p>3.3.3 Elaborar linhas orientadoras para a definição de Planos Individuais de não Institucionalização e de Desinstitucionalização</p>	<p>Diploma publicado</p>	<p>ISS, I. P., e INR, I. P.</p>	<p>ONGPD</p>		<p>*</p>				
	<p>Guia publicado</p>	<p>ISS, I. P., e INR, I. P.</p>	<p>ONGPD</p>		<p>*</p>				

Nota: \* - Meta a concluir no final de cada ano assinalado.



Eixo Estratégico	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas/Ações	Indicadores	Entidades responsáveis	Outras Entidades envolvidas	Metas				
							2021	2022	2023	2024	2025
EE 6 Medidas, serviços e apoios sociais	OG 1 - Promover, alargar e incrementar uma rede inovadora de serviços, equipamentos e apoios sociais, adequada às características dos territórios e ao perfil das necessidades das pessoas com deficiência e suas famílias										
	1.1 - Assegurar a qualidade, sustentabilidade e acessibilidade às respostas sociais dirigidas às pessoas com deficiência e suas famílias										
		1.1.1 Elaborar estudo de caracterização e avaliação das pessoas com deficiência acolhidas em respostas sociais de natureza residencial	% de equipamentos avaliados	MTSSS, Comissão Nacional de Cooperação (CNC) e Academia	ONGPD		30	60	90		
			Estudo de avaliação apresentado						*		
		1.1.2 Definir referenciais para um modelo integrado de acompanhamento técnico às respostas sociais, na área da deficiência	Modelo acompanhamento técnico integrado	ISS, I. P., e CNC			*				
		1.1.3 Consolidar e adequar estrategicamente a rede de equipamentos sociais, no âmbito da deficiência, através da contratualização de vagas, cuja ocupação seja efetuada por indicação dos serviços da Segurança Social (vagas reservadas)	Aumento percentual do número de vagas em CAO e Lar Residencial reservadas à Segurança Social, face ao ano anterior	ISS, I. P.		5	5	5	5	5	
	1.1.4 Qualificar dirigentes, equipa técnica e trabalhadores das instituições do Setor Social e Solidário e ONGPD, que desenvolvem respostas sociais na área da deficiência	% de dirigentes e profissionais abrangidos	IEFP, I. P., ISS, I. P., e INR, I. P.		15	15	15	15	15		



1.1.5 Criar uma Plataforma Nacional de Gestão de Vagas, para as respostas sociais na área da deficiência	Definição de critérios de avaliação de admissibilidade	ISS, I. P., e CNC				*		
	Equipas técnicas distritais de avaliação da admissibilidade	ISS, I. P., e CNC				*		
	Plataforma de gestão de vagas	ISS, I. P.; e II, I. P.				*		
1.1.6 Adaptar, para formato acessível, informação relativa às condições de acesso às respostas sociais, apoios e prestações da Segurança Social, nomeadamente Guias Práticos	% de Guias e documentos adaptados	ISS, I. P., e INR, I. P.	ONGPD	20	40	60	80	100
1.1.7 Criar ações de formação e capacitação técnica a profissionais da Ação Social para a especialização e qualificação da intervenção social na área da deficiência	Manual técnico criado	ISS, I. P., e INR, I. P.	ONGPD	*				
	% anual de técnicos da área da Ação Social abrangidos (Segurança Social, Municípios; IPSS)	ISS, I. P., e Municípios			5	5	5	5
1.2 - Fomentar a modernização e inovação social na criação de medidas, respostas sociais e serviços de apoio inclusivos e de proximidade territorial								



1.2.1 Criar uma rede de "Centros de Referência para a Inclusão"	Diploma aprovado	ISS, I. P., INR, I. P., e DGSS	MEDU, MS, ANMP e ONGPD					*
	N.º de Centros de Referência em funcionamento	ISS, I. P., e INR, I. P.	MEDU, MS, ANMP e ONGPD					5
1.2.2 Criar tipologias de respostas sociais inovadores, de proximidade, ajustadas ao cuidado e à autonomia (a construir ou converter)	Diploma aprovado	ISS, I. P., e DGSS	CNC		*			
	N.º de equipamentos em funcionamento	ISS, I. P.	INR, I. P., e CNC			5	5	5
1.2.3 Implementar o atendimento personalizado integrado através de Unidades Móveis dos Balcões da Inclusão, nos territórios de baixa densidade e com problemas de isolamento sociogeográfico	N.º de distritos com atendimento móvel	ISS, I. P., INR, I. P., e Municípios			4	8	13	18
1.2.4 Criar Gabinetes Municipais para a Inclusão, visando o apoio e encaminhamento social, orientação/ mediação e acompanhamento na transição para a vida ativa e apoio à colocação	N.º de Municípios aderentes	MTSSS e ANMP				10	30	50



1.3 - Promover a melhoria do acesso e a criação de serviços e equipamentos de apoio, que permitam a conciliação entre a vida familiar e profissional e contribuam para a qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias

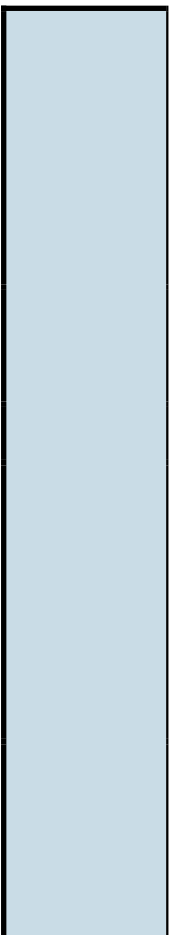
1.3.1 Reavaliar e reformular o modelo de respostas de apoio ao complemento de horário escolar para crianças e jovens com deficiência existentes, por forma a que possibilite efetivamente a sua permanência fora do horário letivo, e desenvolvam atividades de tempos livres e férias inclusivas	Aumento do número de agrupamentos escolares com modelo reformulado e resposta efetiva às crianças e jovens com deficiência	ANMP	MEDU e MTSSS		*	*	*	*
1.3.2 Rever o plano nacional de saúde assegurando que contempla as especificidades necessárias das pessoas com deficiência, ao nível da Saúde, saúde sexual e reprodutiva, VIH/Sida e infeções sexualmente transmissíveis	Revisão do Plano Nacional de Saúde	DGS				*		
1.3.3 Capacitar e sensibilizar os profissionais de saúde para os direitos das pessoas com deficiência e a intervenção na área da deficiência	N.º de ações de formação	INR, I. P., e INEM, I. P.	ONGPD		10	10	10	10
1.3.4 Elaborar referencial de formação sobre técnicas e estratégias de avaliação dos fatores de risco e intervenção na crise, em contexto familiar, para apoiar as famílias	Manual orientador criado	ISS, I. P.; INR, I. P.; INEM, I. P., DGS e Academia	ONGPD				*	



		N.º ações de formação realizadas	ISS, I. P., INR, I. P., INEM, I. P., DGS e Academia	ONGPD				5	15
1.4 - Promover medidas e programas de apoio às pessoas com deficiência em situação de dependência e aos seus cuidadores, que concretizem o seu reconhecimento no Estatuto do Cuidador Informal									
	1.4.1 Operacionalizar medidas de apoio à/ao cuidador informal previstas no respetivo Estatuto	Diploma aprovado	ISS, I. P., DGSS; DGS e Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.)		*				
	1.4.2 Definir um referencial de formação de capacitação da cuidadora ou do cuidador informal para a prestação de cuidados às pessoas com deficiência em situação de dependência	Plano de formação desenvolvido	ISS, I. P., INR, I. P., DGS e ACSS, I. P.	ONGPD				*	
		N.º de ações de formação/capacitação realizadas	ISS, I.P., INR, I.P., DGS e ACSS, I. P.	ONGPD				5	15

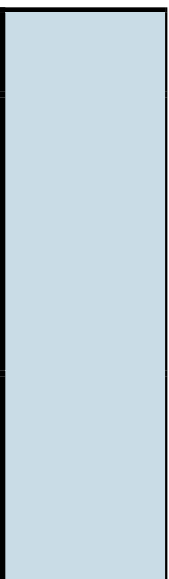


1.4.3 Criar e definir mecanismos e indicadores de monitorização e avaliação dos projetos-piloto, que possibilitem a produção de informação estatística, nomeadamente de caracterização das necessidades e medidas aplicadas aos cuidadores informais das pessoas com deficiência, em situação de dependência	Indicadores definidos e avaliação realizada	ISS, I. P., DGS e ACSS, I. P.	INR, I. P.; e ONGPD					*
	1.4.4 Criar modelo definitivo do Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal	Diploma aprovado	ISS, I. P., DGSS e DGS		*			
1.5 - Promover a melhoria da eficácia e da eficiência do Sistema de Atribuição dos Produtos de Apoio								
1.5.1 Avaliar o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio	Grupo de Trabalho criado	MF, MEDU, INR, I. P., IEFP, I. P., ISS, I. P., II, I. P., DGSS, DGS e ACSS, I. P.		*				
	Relatório de avaliação com propostas de melhoria e alteração do sistema, com audição do MF	MEDU, INR, I. P., IEFP, I. P., ISS, I. P., II, I. P.; DGSS,		*				





		DGS, ACSS, I. P.; e MF						
	Proposta de alteração da legislação	MEDU, INR, I. P., IEFP, I. P., ISS, I. P., II, I. P., DGSS, DGS, ACSS, I. P., e MF		*				
1.5.2 Implementar e executar o plano de formação, dirigido às entidades financiadoras e Entidades/Centros Prescritores Especializados	N.º de ações de formação realizadas	MEDU, IEFP, I. P., ISS, I. P., II, I. P., INR, I. P., e MS	Centros Prescritores Especializados	10	10	10	10	10







1.5.3 Regularizar os Bancos de Produtos de Apoio	Decreto-Lei a aprovar	MEDU; MTSSS, DGS e ACSS, I. P.		*					
	N.º de Bancos de Produtos de Apoio criados	MEDU; MTSSS; DGS			5	5	5	5	
OG 2 - Inovação em atividades de contexto									
2.1 - Dinamizar soluções de Atividades Socialmente Úteis (ASU) e de trabalho na comunidade									
2.1.1 Dinamizar ASU ajustadas à comunidade	% de aumento de pessoas em ASU	Municípios e ONGPD	IEFP, I. P., ISS, I. P., e INR, I. P.		10	20	30	40	
2.1.2 Criar experiências-piloto de trabalho/emprego na comunidade ajustado às condições das pessoas, famílias e entidades empregadoras, de carácter inovador	Nº de experiências piloto divulgadas	INR, I. P., e Municípios	IEFP, I. P., e ONGPD		5	15	25	35	
2.2 - Dinamizar o voluntariado inclusivo									
2.2.1 Definir e divulgar Guia orientador para a definição e organização de atividades de voluntariado inclusivas	Guia publicado	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	INR, I. P., Municípios e ONGPD				*		



	2.2.2 Dinamizar atividades de voluntariado inclusivo ao nível da comunidade	N.º de atividades desenvolvidas	Municípios; Entidades do Setor Social e Solidário	ONGPD			10	10	10
OG 3 - Reforçar, modernizar e simplificar as prestações sociais de apoio às pessoas com deficiência									
3.1 - Alargar e aprofundar a proteção social das pessoas com deficiência									
	3.1.1 Simplificar os procedimentos das condições de acesso à Prestação Social para a Inclusão	Revisão de normas/procedimentos	ISS, I. P., II, I. P., e DGSS		*				
3.2 - Reformular e simplificar as prestações sociais por dependência									
	3.2.1 Avaliar o Subsídio por Assistência de Terceira Pessoa	Relatório de avaliação com propostas de melhoria e alteração do sistema	ISS, I. P., e DGSS		*				
3.3 - Promover o combate à pobreza das pessoas com deficiência									
	3.3.1 Promover a valorização gradual do valor de referência do Complemento da Prestação Social para a Inclusão	Diploma publicado anualmente	ISS, I. P., e DGSS		*	*	*	*	*



	3.3.2 Prosseguir a trajetória de valorização real dos rendimentos dos pensionistas dos escalões mais baixos de rendimento, nomeadamente através da promoção da valorização gradual do valor de referência do Complemento Solidário para Idosos, também pago a pensionistas de invalidez	Diploma publicado anualmente	ISS, I. P., e DGSS		*	*	*	*	*
--	---	------------------------------	--------------------	--	---	---	---	---	---

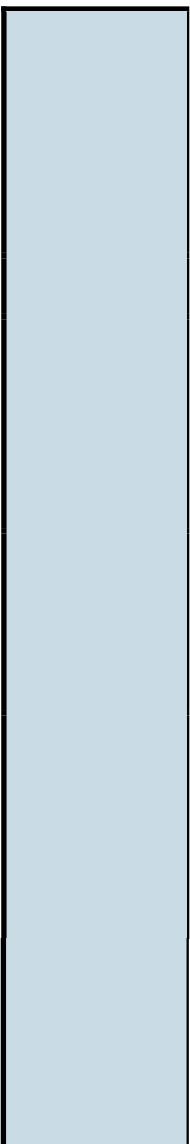
Nota: \* - Meta a concluir no final de cada ano assinalado.



Eixo Estratégico	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas/Ações	Indicadores	Entidades responsáveis	Outras Entidades envolvidas	Metas				
							2021	2022	2023	2024	2025
EE 7 Cultura, Desporto, Turismo e Lazer	OG 1- Garantir o acesso à cultura e promover programas culturais inclusivos										
	1.1 - Garantir o acesso à cultura										
			1.1.1 Criar Planos de Acessibilidade a monumentos, museus, palácios, sítios, teatros, cineteatros, centros de arte, entre outros espaços e equipamentos culturais	N.º de planos aprovados	Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e Direção Regional da Cultura (DRC)	ANMP	20	20	20	20	20
			1.1.2 Reforçar o financiamento à elaboração e implementação de tecnologias que permitam o acesso com autonomia a espaços e equipamentos culturais (ex. audioguias, audiodescrição, videoguias)	% de reforço orçamental, face ao ano anterior	DGPC e DRC	ANMP	15	15	15	15	15
		1.1.3 Criar programa de elaboração e apresentação pelo território de maquetas de peças de referência em formato normal e acessível	Programa criado	DGPC e DRC	ANMP				*		



1.1.4 Promover a criação de mecanismos que incentivem, no âmbito dos objetivos previstos no tratado de Marraquexe, a produção e o comércio de obras e conteúdos em formatos acessíveis	Diploma publicado	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) e INR, I. P.	ANMP			*		
1.2 - Promover programas culturais inclusivos								
1.2.1 Criação de um programa de apoio em parceria, no âmbito do investimento do Estado para o desenvolvimento das artes através da Direção-Geral das Artes (DGArtes), que garanta a inclusão das pessoas com deficiência nos diversos domínios	Programa criado	DGArtes	INR, I. P., e ANMP				*	
1.2.2 Criação de uma linha de financiamento para divulgação acessível dos programas/eventos culturais	Linha criada	GEPAC					*	
1.2.3 Criação de normas técnicas que visem permitir o acesso com autonomia das pessoas com deficiência ou com incapacidade aos conteúdos televisivos e de cinema	Diploma publicado	INR, I. P.	Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P. (ICA, I. P.), ERC; Autoridade Nacional de Comunicações, ONGPD e Operadores de televisão e de serviços audiovisuais				*	





	1.2.4 Criação de uma plataforma nacional de conteúdos, programas e eventos culturais acessíveis	Plataforma criada	MC	ANMP				*	
OG 2 - Dinamizar a prática desportiva em todas as idades									
2.1 - Desenvolver a prática de atividades físicas e de desporto adaptado nas escolas									
	2.1.1 Elaborar um plano plurianual de dinamização de desporto adaptado nas escolas	Plano aprovado	MEDU	ONGPD e Federações Desportivas		*		*	



	2.1.2 Sensibilizar as entidades formadoras de docentes do ensino básico e secundário para oferta formativa creditada em desporto adaptado	Oferta formativa certificada	MEDU	ONGPD e Federações Desportivas		*			
2.2 - Promover, assegurar e desenvolver a prática do desporto e da atividade física, informal ou formal, regular ou não, ao longo da vida									
	2.2.1 Criar um Plano de Ação Nacional que dinamize as parcerias na comunidade local a prática do desporto e das atividades físicas entre as ONGPD e as Entidades Públicas e Privadas, que prestam serviços e/ou apoios, designadamente os Setores da Saúde, da Educação, das Autarquias Locais, do Desporto e Inclusão Social	Plano elaborado e divulgado	IPDJ, I. P., e INR, I. P.	DGS, Direção-- Geral da Educação (DGE), Direção-- Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), Organismos Desportivos Não-Governamentais, ANMP e ONGPD		*			
	2.2.2 Operacionalizar o Programa Nacional de Desporto para Todos (PNDpT) priorizando o financiamento a clubes desportivos e a entidades da economia social na promoção e desenvolvimento da prática regular do desporto e das atividades físicas dirigidas às pessoas com deficiência	N.º de projetos apoiados	IPDJ, I. P.; INR, I. P.; ANMP	DGS, DGE, DGEstE, Organismos Desportivos Não-Governamentais, ANMP e ONGPD	25	30	35	40	45
OG 3 - Promover práticas de turismo e de lazer inclusivas									
3.1 - Melhorar o acesso a espaços de lazer e recursos turísticos									
	3.1.1 Promover o aumento de praias acessíveis (marítimas, fluviais e lacustres)	N.º de ações de sensibilização realizadas	Turismo de Portugal, I. P., e INR, I. P.	APA, I. P.		5	5	5	5



	N.º de novas praias acessíveis	Turismo de Portugal, I. P., APA, I. P.; ANMP	INR, I. P.		5	5	5	5
3.1.2 Desenvolver e promover destinos turísticos acessíveis	N.º de destinos turísticos que promovem a sua oferta acessível	Turismo de Portugal, I. P., ERT e ARPT	INR, I. P., ANMP e ONGPD		20	20	20	20
3.2 - Melhorar o acesso a eventos culturais, lúdicos, recreativos e desportivos								
3.2.1 Lançar Programa Eventos Acessíveis e Prémio Evento + Acessível	Programa e Prémio criados	Turismo de Portugal, I. P., e INR, I.P.	APORFEST, DGArtes, ICA	*				
3.2.2 Criar um guia de organização de eventos acessíveis	Guia apresentado	Turismo de Portugal, I. P., IPDJ, I. P., e INR, I. P.	ONGPD; Fed. e Clubes Desportivos; ANMP; Ass. do setor do turismo	*				
3.2.3 Sensibilizar as distribuidoras cinematográficas e produtoras de espetáculos para a disponibilização de conteúdos em formatos acessíveis	Nº de ações de sensibilização realizadas	INR, I. P.	ICA, I. P.	2	2	2		

Nota: \* - Meta a concluir no final de cada ano assinalado.





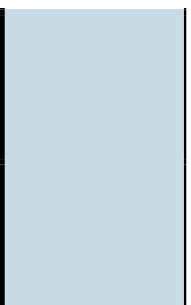
Eixo Estratégico	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas/Ações	Indicadores	Entidades responsáveis	Outras Entidades envolvidas	Metas				
							2021	2022	2023	2024	2025
EE 8 - Conhecimento, Investigação, Inovação e Desenvolvimento	OG 1 - Conhecer e caracterizar as pessoas com deficiência e os seus contextos										
	1.1 - Aprofundar o conhecimento sobre as condições de vida das pessoas com deficiência em Portugal										
		1.1.1 Apresentar um retrato global de acordo com os resultados gerais do Censos de 2021	Resultados globais disponibilizados	INE, I. P.			*				
		1.1.2 Realizar um estudo aprofundado e específico sobre a população com deficiência a partir da informação dos Censos 2021	Estudo apresentado	GEP	INE, I. P.; INR, I. P.; Academia		*				
		1.1.3 Realizar um estudo de nível nacional, de caracterização das condições de vida das pessoas com deficiência	Estudo publicado	GEP e INR, I. P.	INE, I. P., ONGPD e Academia					*	
	1.2 - Melhorar o uso da informação estatística e de fontes administrativas sobre a deficiência e a inclusão, com suporte à avaliação e decisão										
	1.2.1 Realizar estudo regular sobre a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, nomeadamente recorrendo a inquéritos	Estudo realizado	GEP	INE, I. P.		*					



	1.2.2 Produzir relatório regular de monitorização sobre a situação de pobreza e exclusão social das pessoas com deficiência, nomeadamente com base no Inquérito às Condição de Vida e Rendimento (ICOR)	Estudo realizado	GEP	INE		*			
	1.2.3 Criar um sistema de indicadores e elaborar um relatório anual de monitorização, com base em informação administrativa setorial	Sistema criado	GEP	GEPRI (ou entidades similares) setoriais; INR, I. P., e ONGPD		*			
		Relatório apresentado	GEP	GEPRI (ou entidades similares) setoriais; INR, I. P., e; ONGPD			*	*	*
OG2 - Aprofundar o conhecimento científico e tecnológico nos domínios da inclusão e da deficiência									
2.1 - Promover o ensino, investigação, divulgação e a partilha científica nas áreas da deficiência, inclusão e reabilitação									
	2.1.1 Criar cursos superiores de engenharia de reabilitação	Curso criado com abertura de vagas	Estabelecimentos Ensino Superior e Politécnico	MCTES			*		
	2.1.2 Introduzir nas licenciaturas, mestrados e programas de doutoramento pertinentes (arquitetura, design, engenharias, ...) conteúdos de "design universal"	Alargamento da oferta formativa	Estabelecimentos Ensino Superior e Politécnico	MCTES				*	
	2.1.3 Introduzir nas licenciaturas, mestrados e programas de doutoramento pertinentes conteúdos relativos a direitos da inclusão das pessoas com deficiência nas áreas das Ciências Sociais e Humanas	Alargamento da oferta formativa	Estabelecimentos Ensino Superior e Politécnico	MCTES			*		



2.1.4 Introduzir nas licenciaturas, mestrados e programas de doutoramento pertinentes conteúdos relativos a acessibilidade nas áreas das TIC	Alargamento da oferta formativa	Estabelecimentos Ensino Superior e Politécnico	MCTES			*		
2.1.5 Introduzir nas licenciaturas, mestrados e programas de doutoramento pertinentes conteúdos relativos a engenharia de reabilitação e acessibilidade humanas	Alargamento da oferta formativa	Estabelecimentos Ensino Superior e Politécnico	MCTES			*		



2.1.6 Introduzir nas licenciaturas, mestrados e programas de doutoramento pertinentes conteúdos relativos a turismo inclusivo	Alargamento da oferta formativa	Estabelecimentos de Ensino Superior e Politécnico	MCTES			*			
2.1.7 Criar mestrados e doutoramentos em áreas da deficiência e da inclusão	Alargamento da oferta formativa	Estabelecimentos de Ensino Superior e Politécnico	MCTES				*		
2.1.8 Apoiar a investigação científica nas áreas da inclusão e da deficiência (abrangendo diversos domínios científicos)	Linhas de financiamento criadas	FCT, I.P.	Estabelecimentos de Ensino Superior e Politécnico; Academia	*	*	*	*	*	
2.1.9 Dinamizar e alargar o Prémio "Eng.º Jaime Filipe"	Regulamento publicado	INR, I.P.		*					
2.1.10 Dinamizar e alargar o Prémio "Ciências Sociais e Humanas"	Regulamento publicado	INR, I.P.		*					
2.1.11 Criar um prémio anual de reconhecimento de artigos científicos publicados em sistema de <i>referee</i>	Regulamento publicado	MCTES e INR, I.P.	Academia		*				
OG3 - Dinamizar a cooperação internacional e a partilha de experiências e promover a inclusão da pessoa com deficiência na política da Cooperação Portuguesa									
3.1 - Dinamizar a cooperação internacional e a partilha de experiências									
3.1.1 Organizar um encontro internacional sobre direitos humanos e inclusão das pessoas com deficiência	Encontro realizado	INR, I.P.	MCTES; Universidades e Estabelecimentos de Ensino Superior e Politécnico; eONGPD	*					



3.1.2 Propor à CPLP a criação de uma instância que reúna periodicamente os membros dos governos com a tutela da inclusão, que permita um trabalho conjunto a diversos níveis e âmbitos	Adesão ao Programa	DGPE	GEP; Camões, I.P., e INR, I.P.	*					
3.2 - Reforçar a participação nas iniciativas e programas de instâncias internacionais e regionais, sobre inclusão e direitos das pessoas com deficiência									
3.2.1 Participar no Programa Ibero-Americano sobre os direitos das pessoas com deficiência	Adesão ao Programa	GEP	Camões, I.P., e INR, I.P.	*					
3.3 - Promover a inclusão da dimensão da pessoa com deficiência nos documentos estratégicos e nos projetos e ações de cooperação para o desenvolvimento, da educação para o desenvolvimento e da ajuda humanitária									
3.3.1 Promover a referência à inclusão das pessoas com deficiência, no contexto do grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade, nos instrumentos de financiamento a projetos de ONGD de Cooperação e Educação para o Desenvolvimento	Referência evidenciada	Camões, I.P.	INR, I.P.	*					

Nota: \* - Meta a concluir no final de cada ano assinalado

114527386